

MERCADO DE TRABALHO

Desempenho recente do mercado de trabalho

Sumário

O mercado de trabalho brasileiro segue em terreno favorável, mas começa a dar sinais de acomodação, em linha com um quadro macroeconômico de atividade mais moderada, decorrente de uma monetária mantida em patamar restritivo, tendo em vista que, mesmo em trajetória de desaceleração, a inflação ainda se mantém acima da meta.

Segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE), a população ocupada atingiu o patamar recorde de 102,4 milhões de pessoas no trimestre móvel encerrado em julho de 2025 e, desde então, passou a mostrar leve recuo. No trimestre encerrado em outubro, o número de ocupados recuou para 101,9 milhões de pessoas, apontando queda de 0,4% na margem. Na comparação interanual, a ocupação ainda cresce 0,9%, mas essa já é a menor taxa de expansão desde o trimestre móvel encerrado em setembro de 2023, indicando que o forte ciclo de recomposição pós-pandemia começa a perder força.

Apesar desse recuo recente da população ocupada, a taxa de desocupação continua em trajetória de queda, refletindo uma perda de dinamismo ainda maior da força de trabalho. No trimestre de agosto a outubro de 2025, a força de trabalho somou 108,3 milhões de pessoas, retração de 0,5% em relação ao trimestre móvel encerrado em julho, e avanço de apenas 0,1% frente ao mesmo período de 2024, portanto bem abaixo da expansão da população ocupada (0,9%). Nesse contexto, no qual a ocupação veio crescendo mais do que a força de trabalho, e na margem, a queda do emprego é menos intensa, e a taxa de desocupação segue recuando tanto na comparação interanual quanto em relação aos trimestres imediatamente anteriores.

No trimestre móvel encerrado em outubro de 2025, a taxa de desocupação atingiu 5,4%, o menor patamar da série histórica iniciada em 2012, situando-se 0,7 pontos percentuais (p.p.) abaixo do observado no mesmo período de 2024. Já os dados com ajuste sazonal revelam uma taxa de 5,7% em outubro, ligeiramente inferior ao valor do mês anterior, sugerindo que, embora a tendência de melhora ainda esteja presente, o ritmo dessa melhora se tornou mais suave nos últimos meses.

A decomposição da ocupação mostra, contudo, que a recente queda da população ocupada reflete a perda de dinamismo do emprego informal. Nos últimos três trimestres móveis, a população ocupada sem qualquer tipo de vínculo – sem carteira, conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), entre outros – vem caindo na comparação interanual. No trimestre encerrado em outubro, o contingente sem registro recuou 1,6%. Ao mesmo tempo, o emprego formal segue em expansão, ainda que com perda de intensidade: após registrar, durante boa parte do

Maria Andreia Parente Lameiras

Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

Divulgado em 16 de dezembro de 2025.

ano, taxas em torno de 4% interanuais, o crescimento do emprego com carteira assinada desacelerou para 2,8% no último trimestre móvel. Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) corroboram essa leitura: no acumulado de janeiro a outubro de 2025, foram criadas cerca de 1,8 milhão de vagas formais no país, abaixo dos 2,1 milhões observados no mesmo período de 2024, o que representa uma queda de aproximadamente 15% no saldo líquido. Essa combinação – geração líquida de emprego formal ainda positiva, mas menos robusta, ao lado de uma redução do contingente informal – reforça a ideia de que o mercado de trabalho se encontra em fase de acomodação, não de reversão abrupta.

No entanto, é importante destacar que este movimento de retração do emprego informal não surpreende, tendo em vista que, em períodos de desaceleração econômica, os primeiros ajustes no mercado de trabalho tendem a ocorrer neste segmento. Isso se deve ao fato de que, no setor informal, os custos de admissão e desligamento são praticamente inexistentes, permitindo que empresas e trabalhadores ajustem rapidamente suas relações de trabalho diante de um ambiente econômico menos favorável. Já no mercado formal, a retração do emprego costuma se manifestar com alguma defasagem. Diante dos encargos trabalhistas e dos custos associados à contratação e à demissão, os empregadores tendem a postergar desligamentos, recorrendo a essa decisão apenas quando há maior segurança de que a desaceleração é persistente e que o faturamento ou a lucratividade da empresa de fato se reduziu.

Neste contexto de retração da ocupação informal, a abertura do emprego setorial mostra, como esperado, uma queda da população ocupada em segmentos nos quais este tipo de vínculo é mais presente. Por certo, entre os dez grandes grupos de atividade acompanhados pela PNAD Contínua, três registraram queda de ocupação na comparação interanual do último trimestre móvel, todos intensivos em mão de obra informal e com forte exposição a serviços prestados às famílias: alojamento e alimentação (-0,9%), outros serviços (-3,6%) e serviços domésticos (-5,7%). Em contraposição, segmentos mais associados a vínculos formais, maior qualificação e/ou presença do setor público lideraram a expansão, com destaque para transportes, armazenagem e correio (3,9%), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (3,8%) e o agregado de informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (1,9%).

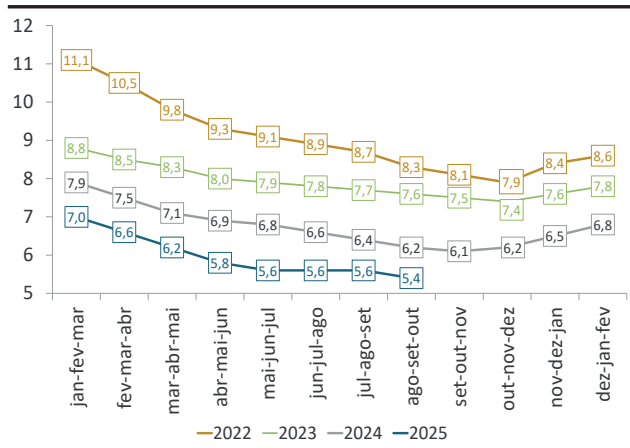
Do ponto de vista da renda, o quadro segue benigno. Mesmo com a leve retração da ocupação na margem, os rendimentos reais habituais continuam se expandindo: no último trimestre móvel, o rendimento real médio habitual aumentou 0,5% frente ao trimestre imediatamente anterior, e 4,0% na comparação interanual. Combinado ao nível elevado de ocupação, isso resultou em alta de aproximadamente 5,0% da massa salarial real habitual, na comparação com igual período de 2024. Esse avanço da massa de rendimentos ajuda a sustentar o consumo das famílias, mas também é olhado de perto pela política monetária, na medida em que pressiona serviços e pode manter alguma inércia inflacionária, especialmente em um contexto de desemprego historicamente baixo.

Para os próximos trimestres, o cenário base é, portanto, de continuidade da acomodação: a ocupação deve seguir em expansão bem mais moderada do que a observada nos últimos trimestres, em consonância com a desaceleração da economia. Nesse contexto, a taxa de desocupação pode encontrar um piso em torno do patamar atual, ou ainda mostrar leve alta, sobretudo se a força de trabalho voltar a crescer a taxas mais próximas da média histórica. Ou seja, mesmo que não se descarte alguma deterioração marginal dos indicadores, o ponto de partida é excepcionalmente favorável: desemprego no menor nível da série, crescimento ainda robusto da massa salarial real e bom desempenho do emprego formal. Desta forma, o desafio passa menos por uma nova rodada de queda do desemprego – que já se aproxima de um piso compatível com restrições estruturais do mercado de trabalho brasileiro – e mais por garantir ganhos de produtividade, qualificação da mão de obra e políticas ativas voltadas à inserção de grupos ainda muito vulneráveis (jovens, mulheres e trabalhadores de baixa escolaridade).

1 Aspectos gerais

Os indicadores mais recentes mostram que, mesmo diante de uma leve desaceleração da população ocupada, na margem, o mercado de trabalho brasileiro segue em trajetória bastante confortável, tendo em vista que a manutenção da taxa de participação em patamar reduzido vem garantido a desocupação em níveis historicamente baixos. No último trimestre móvel encerrado em outubro, os dados da PNAD Contínua mostram que a taxa de desocupação foi de 5,4%, recuando 0,8 p.p. em relação ao mesmo período de 2024 (gráfico 1). Na série dessazonalizada, o indicador atingiu 5,6%, ou seja, o menor patamar da série histórica (gráfico 2).

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação: trimestres móveis
(Em %)

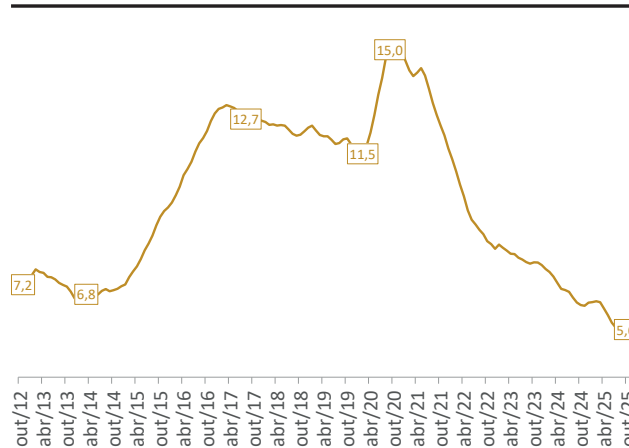


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota-se, entretanto, que, nos últimos meses – interrompendo um padrão estabelecido desde o segundo semestre de 2021 –, a queda da desocupação não pode ser atribuída à expansão da população ocupada. Por certo, após a dessazonalização, observa-se que, após registrar um montante recorde de 102,4 milhões de pessoas, no trimestre encerrado em julho, a população ocupada veio recuando, de modo que, no trimestre entre agosto e outubro, este contingente era de 102,0 milhões (gráfico 3). Na comparação interanual, observa-se que, embora a ocupação ainda registre expansão de 0,9%, esta taxa de crescimento é a menor registrada desde o trimestre encerrado em novembro de 2023.

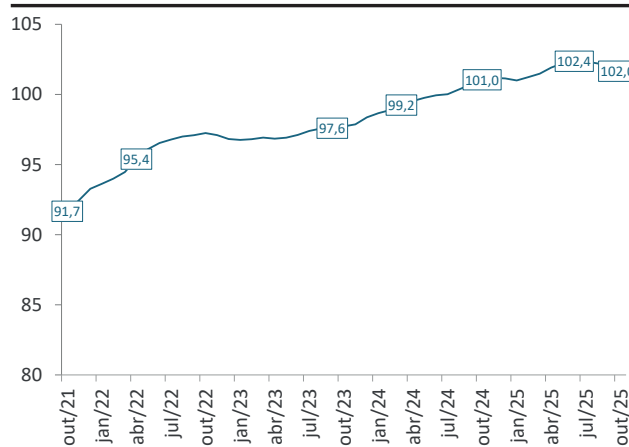
Os dados da ocupação abertos por vínculo revelam que esta queda nos últimos meses se deve à piora do emprego informal. Nos últimos três trimestres móveis, a população ocupada sem qualquer tipo de vínculo (sem carteira, conta própria sem CNPJ, entre outros) vem caindo na comparação interanual. No trimestre encerrado em outubro, o contingente sem registro recuou 1,6%. Por sua vez, o emprego formal segue em expansão, ainda que com perda de intensidade: após registrar, durante boa parte do ano, taxas em torno de 4% interanuais, o crescimento do emprego com carteira assinada desacelerou para

GRÁFICO 2
Taxa de desocupação dessazonalizada
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 3
População ocupada: dados dessazonalizados
(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2,8% no último trimestre móvel (gráfico 4). De modo semelhante, os dados do Novo Caged revelam que, no acumulado de janeiro a outubro de 2025, foram criadas cerca de 1,8 milhão de vagas formais no país, abaixo dos 2,1 milhões observados no mesmo período de 2024, o que representa uma queda de aproximadamente 15% no saldo líquido.

Nota-se que esse movimento de retração do emprego informal já era esperado, pois, diante de um cenário de desaceleração econômica, os primeiros ajustes no mercado de trabalho tendem a ocorrer neste segmento. Isso se deve ao fato de que, no setor informal, os custos de admissão e desligamento são praticamente inexistentes, permitindo que empresas e trabalhadores ajustem rapidamente suas relações de trabalho diante de um ambiente econômico menos favorável. Já no mercado formal, a retração do emprego costuma se manifestar com alguma defasagem.

Assim como a pesquisa do IBGE, os dados do Novo Caged também sinalizam um cenário favorável para a ocupação formal no país, ainda que com sinais de desaceleração. De acordo com o levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos doze meses, até outubro de 2025, foram criadas 1,35 milhão de vagas formais (gráfico 5), o que significa uma redução de 25% em relação ao mesmo período de 2024 (1,80 milhão). O estoque de trabalhadores com carteira assinada atingiu 46,0 milhões, alta de 2,8% em termos anuais.

Observa-se, no entanto, que, mesmo diante de uma retração da ocupação nos meses mais recentes, a taxa de desocupação segue em desaceleração, beneficiada por uma queda ainda mais forte da força de trabalho. Os dados com ajuste sazonal mostram que, no último trimestre móvel, encerrado em outubro, a força de trabalho no país era composta por 108,3 milhões de pessoas, registrando estabilidade na comparação interanual e queda de 0,5% em relação ao trimestre encerrado em julho (gráfico 6).

Como consequência deste arrefecimento da força de trabalho, a taxa de participação segue em patamar estruturalmente mais baixo (gráfico 7). No último trimestre móvel, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro era de 62,1%, mantendo-se abaixo não apenas da registrada no mesmo período do ano anterior (62,6%), como também da observada nos dois últimos anos anteriores à pandemia (63,4%). Nota-se que, mantendo-se a taxa de participação em 63,4%, a taxa de desocupação atual seria de 8,0%.

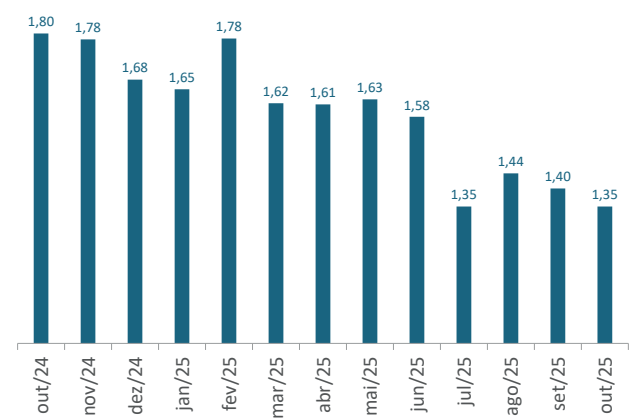
Não obstante a essa queda da força de trabalho, nota-se que a proporção de inativos que não retornariam ao mercado de trabalho mesmo diante de propostas consideradas vantajosas segue em aceleração. No terceiro trimestre de 2025, esse grupo correspondia a 87,2% dos inativos, restando apenas 12,8% com disposição para aceitar eventual oportunidade (gráfico 8).

GRÁFICO 4
Ocupação formal e informal: variação interanual
(Em %, média de doze meses)



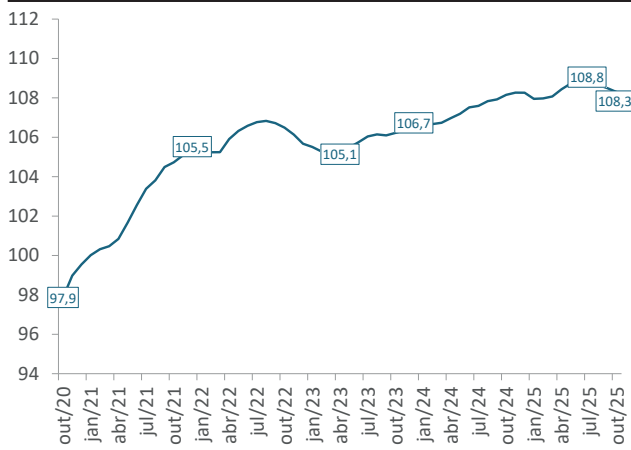
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5
Novo Caged: saldo de empregos formais acumulados em doze meses
(Em milhões de pessoas)



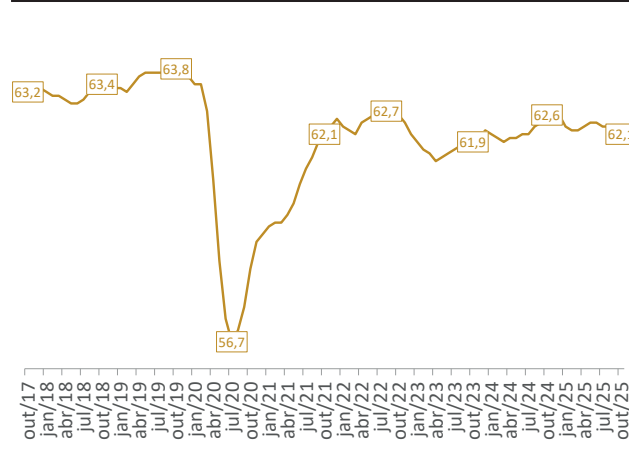
Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 6
Força de trabalho: dados dessazonalizados
(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7
Taxa de participação dessazonalizada
(Em %)

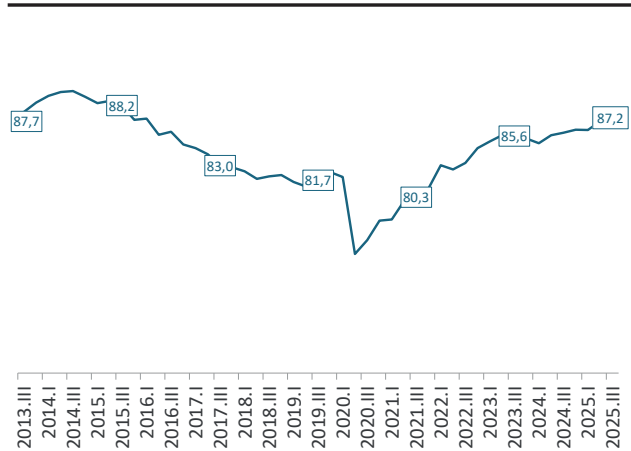


Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Disoc/Ipea.

O aquecimento do mercado de trabalho ao longo dos últimos anos vem desencadeando também um recuo do tempo de permanência no desemprego. Entre o terceiro trimestre de 2023 e o de 2025, a proporção de desocupados que estavam nesta situação há mais de dois anos recuou de 22,1% para 19,5% (gráfico 9).

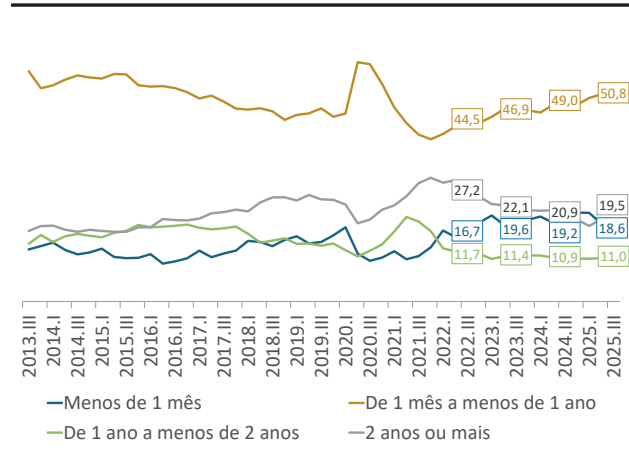
Por fim, como esperado em um contexto de baixa desocupação, a alta dos salários nominais, conjugada à recente queda da inflação, vem possibilitando aumentos sucessivos dos rendimentos reais. De acordo com a PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em outubro, os rendimentos médios reais habituais e efetivos alcançaram R\$ 3.528,00 e R\$ 3.544,00, registrando aumentos interanuais de 3,9% e 3,3%, respectivamente. A conjugação entre a expansão da população ocupada e a elevação dos rendimentos reais tem sustentado um avanço expressivo da massa salarial. No mesmo período, enquanto a massa real habitual cresceu 5,0%,¹ a efetiva apontou alta de 4,3%, configurando-se um importante fator de suporte à continuidade do consumo das famílias.

GRÁFICO 8
Proporção de indivíduos fora da força de trabalho que não almejam retornar ao mercado de trabalho
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 9
PNAD Contínua: desocupados por tempo de procura
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE e Disoc/Ipea.

1. Para mais detalhes, ver a seção de *Rendimentos* da *Carta de Conjuntura* nº 66.

2 Análise desagregada da desocupação

Os dados desagregados, extraídos da PNAD Contínua trimestral, mostram que, no terceiro trimestre de 2025, todos os segmentos pesquisados apresentaram recuo da taxa de desocupação, na comparação interanual (tabela 1). Na abertura regional, embora em termos absolutos a maior queda tenha ocorrido nas regiões Sudeste (-0,9 p.p.) e Nordeste (-0,9 p.p.), em termos relativos o maior recuo ocorreu no Sul (-0,6 p.p.) e no Sudeste (-0,7 p.p.). Com a incorporação dos resultados do terceiro trimestre, a região Nordeste segue apresentando a maior taxa de desocupação entre todas as regiões brasileiras (7,8%), ao passo que a região Sul (3,4%) registra a menor taxa de desocupação do país. O recorte por gênero revela que, embora em termos absolutos a queda interanual do desemprego, no terceiro trimestre, tenha sido idêntica entre os sexos, em termos relativos, a retração foi mais significativa no sexo masculino, tendo em vista que enquanto a desocupação entre os homens recuou de 5,3% para 4,5%, a das mulheres caiu de 7,7% para 6,9%.

TABELA 1
Taxa de desemprego
(Em %)

	2023		2024				2025		
	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Brasil	7,7	7,4	7,9	6,9	6,4	6,2	7,0	5,8	5,6
Centro Oeste	5,5	5,8	6,1	5,4	4,9	5,0	5,4	4,6	4,4
Nordeste	10,8	10,4	11,1	9,4	8,7	8,6	9,8	8,2	7,8
Norte	7,7	7,7	8,2	6,9	6,6	6,9	8,2	6,5	6,2
Sudeste	7,5	7,1	7,6	6,6	6,2	5,9	6,6	5,3	5,3
Sul	4,6	4,5	4,9	4,7	4,1	3,6	4,2	3,6	3,4
Masculino	6,4	6,0	6,5	5,6	5,3	5,1	5,7	4,8	4,5
Feminino	9,3	9,2	9,8	8,6	7,7	7,6	8,7	6,9	6,9
18 a 24 anos	16,0	15,3	16,8	14,3	13,4	12,9	14,9	12,0	12,3
25 a 39 anos	7,0	6,9	7,3	6,3	5,9	5,8	6,5	5,5	5,2
40 a 59 anos	5,1	4,9	5,2	4,6	4,1	4,0	4,7	3,9	3,6
Mais de 60 anos	3,2	3,5	3,2	3,1	3,0	3,0	3,1	2,3	2,7
Fundamental Incompleto	7,7	7,7	7,6	6,9	6,2	6,4	6,7	5,4	5,2
Fundamental Completo	9,9	9,3	9,2	8,2	8,0	7,4	7,9	6,4	6,3
Médio Incompleto	13,5	13,0	13,9	11,5	10,8	10,3	11,4	9,4	9,8
Médio Completo	8,6	8,0	8,9	7,8	7,1	6,8	8,0	6,8	6,4
Superior	4,6	4,5	5,2	4,4	4,1	3,9	4,7	3,8	3,6

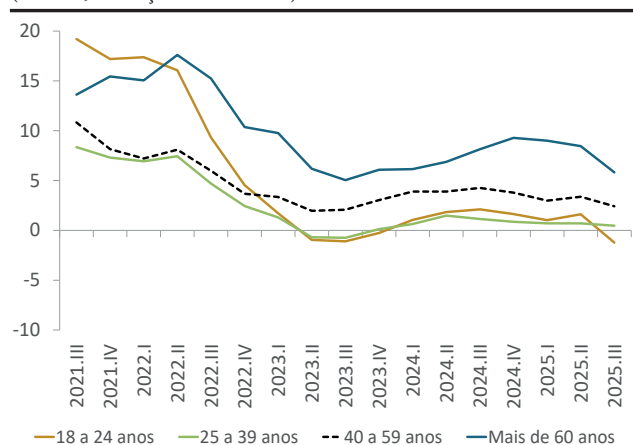
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A abertura por idade mostra que, embora a taxa de desocupação dos trabalhadores mais jovens tenha registrado queda de 1,1 p.p., na comparação interanual, a taxa de 12,3%, apurada no terceiro trimestre de 2025, ainda se encontra em patamar bem acima das demais faixas etárias. Deve-se registrar, também, que essa queda da desocupação ocorre mesmo diante de uma queda de 1,2% da população ocupada no período (gráfico 10), sendo reflexo, portanto, de uma retração ainda mais acentuada da força de trabalho desse segmento, com recuo de 2,4% (gráfico 11). Em contrapartida, a queda da desocupação para as faixas etárias mais altas é decorrente de uma expansão da ocupação em ritmo superior ao registrado pela força de trabalho. Por certo, mesmo diante de um aumento de 5,6% da força de trabalho, a taxa de desocupação dos trabalhadores mais idosos recuou no terceiro trimestre, beneficiada pelo forte crescimento da ocupação (5,8%).

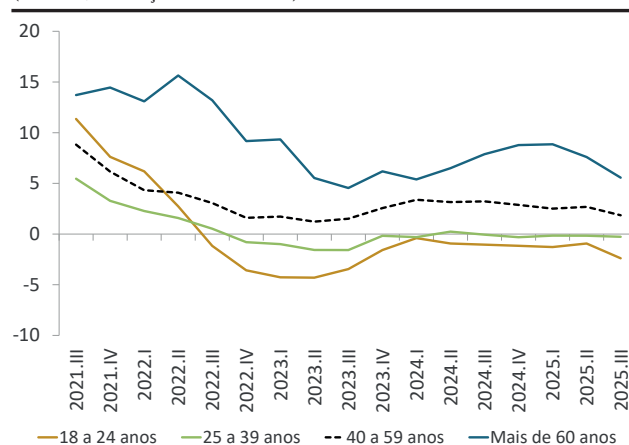
Já a desagregação por nível educacional revela que a desocupação dos trabalhadores com ensino médio incompleto segue sendo a mais alta (9,8%) entre todos os segmentos, ao passo que a mais baixa está no grupo com ensino superior (3,6%). Ainda de acordo com os microdados da PNAD Contínua, nos segmentos menos escolarizados, o recuo da taxa de desocupação é explicado muito mais pela perda de dinamismo da força de trabalho do que pela expansão da ocupação. Em contrapartida, apesar de registrar respectivos avanços de 2,0% e 6,3% da população ocupada (gráfico 12), a queda da desocupação entre os trabalhadores com ensino médio e ensino superior foi atenuada pelas altas de 1,2% e 5,8% observadas em suas forças de trabalho (gráfico 13).

GRÁFICO 10
População ocupada, por faixa etária
(Em %, variação interanual)



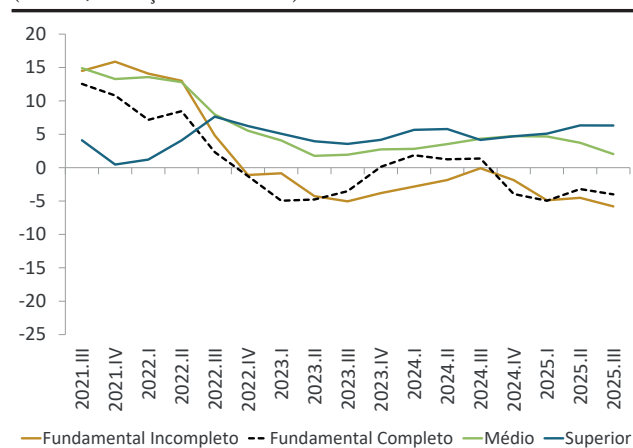
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11
População economicamente ativa, por faixa etária
(Em %, variação interanual)



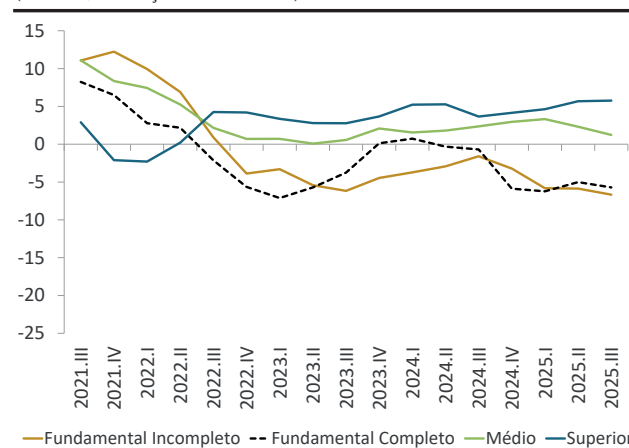
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 12
População ocupada, por grau de instrução
(Em %, variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 13
População economicamente ativa, por grau de instrução
(Em %, variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Emprego setorial

A tabela 2 apresenta a evolução da taxa de crescimento interanual do emprego por setor da atividade econômica, com base nos dados da PNAD Contínua, entre o terceiro trimestre de 2023 e o terceiro trimestre de 2025. Os dados indicam que o crescimento do emprego tem ocorrido de forma desigual entre os setores da economia.

Dos treze segmentos analisados, nove registraram aumento no número de ocupados no segundo trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Desses, porém, apenas três apresentaram taxas interanuais iguais ou superiores às do trimestre anterior, indicando potencial perda de dinamismo no ritmo de crescimento. Entre os destaques, o setor da construção civil que passou de uma variação negativa de 0,7% no segundo trimestre para um crescimento de 2,3% no terceiro trimestre de 2025.

Já os setores de serviços industriais de utilidade pública (Siup), serviços pessoais, serviços domésticos e comércio foram os quatro a registrarem decréscimo na ocupação – de -2,7%, -2,1%, -5,1% e -0,1%, respectivamente – no terceiro trimestre de 2025. Os dados mais recentes, relativos ao trimestre encerrado em outubro, ratificam esse cenário de retração mais forte nos serviços prestados às famílias.

Deve-se registrar, no entanto, que essa queda da ocupação vem ocorrendo preponderantemente no setor informal. A análise da tabela 3 revela que, dos treze setores considerados, dez apresentaram um desempenho melhor do setor formal comparativamente ao informal no terceiro trimestre. Entre os que apresentaram maior dinamismo do emprego formal, destacam-se a indústria extrativa (6,8%), os serviços pessoais (6,3%), alojamento e alimentação (5,6%) e construção civil (5,3%). Em relação à ocupação por conta própria, as maiores taxas de expansão, no terceiro trimestre, residem nos setores transportes (10,8%), saúde e educação (10,5%) e serviços prestados às empresas (9,4%).

A diferença na intensidade do crescimento do emprego com carteira em relação ao sem carteira é particularmente expressiva nos segmentos de comércio, serviços pessoais e alojamento e alimentação. Enquanto, no terceiro trimestre, a ocupação formal nesses setores apontou taxas de expansão de 3,6%, 6,3% e 5,6%, respectivamente, a população ocupada informal registrou quedas de 4,9%, 18,7% e 8,0%, também respectivamente.

TABELA 2

Variação interanual da população ocupada, por setores de atividade econômica (Em %)

	2023		2024				2025		
	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Agricultura	-3,8	-6,1	-3,7	-4,3	-4,8	-2,4	-4,2	-2,6	0,7
Indústria extrativa	12,4	6,6	12,9	4,8	4,5	4,0	5,1	10,7	6,4
Indústria de transformação	-1,5	0,6	2,0	1,4	5,2	3,1	3,5	4,2	1,4
Siup	9,3	3,9	2,9	-2,5	2,8	2,8	0,2	10,9	-2,7
Construção civil	-2,5	0,8	2,9	4,9	3,8	5,4	1,2	-0,7	2,3
Comércio	-1,5	-0,2	0,6	2,6	3,4	3,0	3,1	3,0	-0,1
Informática, financeira, serviços a empresas	5,1	5,3	5,5	7,5	5,1	3,7	4,0	3,8	2,0
Transporte	4,3	6,6	5,9	7,3	4,5	5,1	4,4	5,9	6,7
Serviços pessoais	-4,4	2,2	4,5	5,7	8,2	1,6	3,1	2,2	-2,1
Administração pública	-3,6	-3,0	0,6	0,5	3,4	4,5	3,1	2,8	1,9
Saúde e educação	7,1	4,8	4,3	5,2	3,7	3,7	4,5	4,1	4,7
Alojamento e alimentação	3,7	3,3	1,8	0,4	0,0	4,1	1,0	-0,5	0,5
Serviços domésticos	-1,5	3,3	3,5	0,1	1,4	-1,8	-3,6	-1,5	-5,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração da autora.

TABELA 3

População ocupada por setores e posição na ocupação: variação interanual (terceiro trimestre de 2025)

(Em %)

	Novo Caged	PNAD Contínua		
	Assalariado (com carteira)	Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	2,5	-1,9	-3,1	5,4
Indústria extrativa	1,8	6,8	9,2	-14,8
Indústria de transformação	2,4	2,2	-6,6	4,4
Siup	2,3	-0,9	-6,0	-19,7
Construção civil	5,3	5,3	-4,8	3,6
Comércio	3,2	3,6	-4,9	-1,6
Informática, finanças, serviços a empresas	4,4	-0,9	0,0	9,4
Transporte	4,1	4,9	-5,2	10,8
Serviços pessoais	6,7	6,3	-18,7	0,8
Administração pública	0,1	3,4	-2,4	-
Saúde e educação	1,8	4,0	4,6	10,5
Alojamento e alimentação	4,5	5,6	-8,0	2,7
Serviços domésticos	-	-2,0	-6,1	-
Total	2,9	2,6	-4,1	4,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

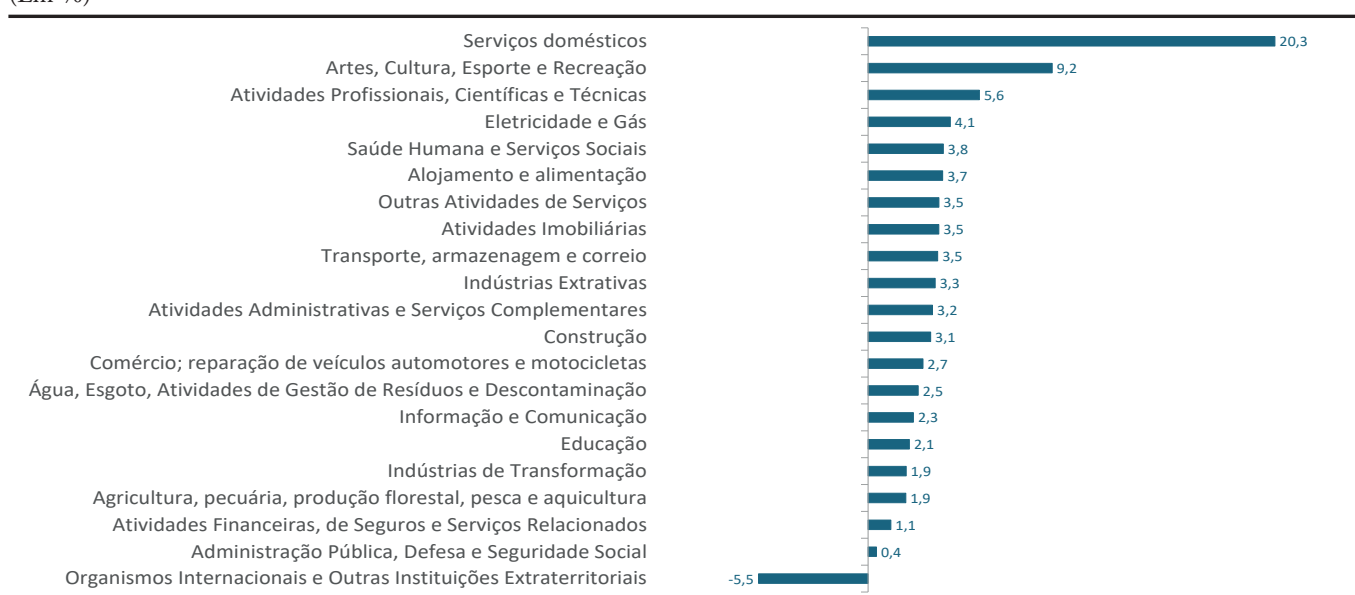
Elaboração da autora.

Em relação aos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, houve uma expansão de 2,8% do emprego com carteira no setor privado, nos últimos doze meses, encerrados em outubro de 2025. O mesmo vem ocorrendo em praticamente todos os segmentos pesquisados. Segundo o Novo Caged, os setores com maior crescimento relativo no período (gráfico 14) foram os serviços domésticos (20,3%), os serviços ligados a artes, cultura, esporte e recreação (9,2%), os serviços técnicos (5,6%) e os serviços ligados à eletricidade e gás (4,1%). Em termos absolutos, os segmentos que mais criaram postos formais no período foram: comércio (288,0 mil), atividades administrativas (196,2 mil), indústria de transformação (156,3 mil), e serviços ligados à saúde humana e serviços sociais (117,5 mil).

GRÁFICO 14

Novo Caged: saldos acumulados em doze meses como proporção do estoque

(Em %)



Fonte: Novo Caged/Ministério do Trabalho e Emprego.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Equipe de Assistentes:

Caio Rodrigues Gomes Leite
Marcelo Guedes Peclý
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Carla Nunes Menezes
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
